

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 41ª REUNIÃO**

Data: 31 de março de 2005

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar  
Brasília/DF. CEP: 70830-901.

**PARTICIPANTES CTPOAR:**

- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cities.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Maria Zita Timbó Araújo (zita@dnocs.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia Miranda Diniz (marcelo.diniz@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordêllo Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza Pinheiro Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: ausente
- Conselhos Estaduais PI/SE: ausente
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Marcelo Taylor de Lima (mtaylor@firjan.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@semarh.goias.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

**CONVIDADOS:**

- Andréa Figueiredo – MME – (andrea@mme.gov.br)
- Célia Regina Buono Palis Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Cristhophe Balmant – SRH/MMA – (cristhophe.balmant@mma.gov.br)
- Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- Fabíola Lima – ELABORE – (fabiolalima@elabore.com.br)
- Flávia Pitanga Salim – IEMA/ES – (flaviasalim@hotmail.com)
- Greice Bastos Federmenn – CEMIG – (greice@cemig.com.br)
- Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior – MIn – (jader.verdade@gmail.com)
- José Cupertino Tenório Netto – ABINAM / SINDINAM – (jctenorio@uol.com.br)
- Marco Antônio Felix Figueiredo – ANA – (marcofelix@ana.gov.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)
- Oswaldo F. Rossetto Junior – Sec. Transportes – (orossetto@sp.gov.br)
- Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)

**RELATORIA CTPOAR:**

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 09:56h do dia 31 de março do ano de dois mil e cinco, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 41ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a presença, e passou diretamente para o item 2 da pauta. *Item 2 – Aprovação da Ata da 40ª Reunião da CTPOAR.* A ata foi aprovada com modificações. *Item 4 – Relato sobre o andamento dos trabalhos do GT PL1616-Outorga.* A Sra. Leila passou a palavra para a Sra. Sandra (SECTMA/PE) que na sua ausência foi escolhida entre os participantes do GT como coordenadora para a 2ª reunião. A Sra. Sandra disse que a discussão fora bastante profícua até o art. 4º, sendo o foco da discussão a autonomia da União, dos Estados e inclusive dos Municípios, na gestão de recursos hídricos. Comentou também sobre o cadastramento de usuários de água, sendo que os membros presentes sugeriram que os artigos referentes ao tema fossem remanejados para o capítulo de disposições finais, para assim descaracterizá-lo como um instrumento de gestão e destacá-lo como uma ferramenta. Registrou os comentários dos usuários – irrigantes, que se fizeram presentes, sobre a necessidade de uma descentralização de atividades de gestão de recursos hídricos para os municípios, por intermédio de suas prefeituras, considerando que nos conflitos em corpos de água municipais o Estado não faz a mediação e a gestão dos recursos hídricos. Disse também que em relação ao art. 4º o grupo preferiu a sugestão da ANA e que não foi alcançado consenso quanto ao art. 2º. A Sra. Leila lembrou que a próxima missão desse GT será analisar os artigos referentes à fiscalização, por serem interligados aos de outorga. O Sr. Altamirano (CERH/BA) questionou sobre a natureza jurídica do documento - projeto de lei ou decreto. O Sr. José Cupertino (ABINAM) comentou sobre a importância de se poder ouvir o que o usuário pensa sobre o Sistema, conforme ocorreu com a presença dos irrigantes na reunião do GT. O Sr. Altamirano opinou que algumas ações da gestão poderiam ser repassadas para o município, à exceção da outorga. *Item 6 - Assuntos Gerais.* O Sr. José Cupertino aproveitou para informar sobre a posse dos novos membros da comissão de crenologia do MME; disse que a primeira reunião ocorreria em 08/04 e ratificou a importância da participação da CTPOAR nas reuniões dessa comissão. A Sra. Leila ponderou sobre o período em que o assunto não fora tratado com relação ao mundo das águas e do turismo. O Sr. Helder comentou que o acompanhamento seria rico para os dois colegiados. A Sra. Leila questionou sobre quais membros teria condições para participar da reunião da comissão, e sobre a possibilidade do envio de um ofício da CTPOAR, parabenizando pela recondução da comissão, o que foi apoiado pelo segmento Indústria e pela ANA. A Sra. Leila fez comentários sobre a PEC/43, lendo o ofício encaminhado para os estados, e que haveria necessidade de alguma forma de mobilização junto aos mesmos. Comentou também sobre a diferenciação que ocorre entre as outorgas de águas subterrâneas e superficiais. Informou sobre a publicação da WWF, onde estão listados os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, e complementou dizendo que a SRH deveria possuir uma assessoria parlamentar para apresentar os documentos em trâmite, o que facilitaria a disponibilização dos mesmos, de forma a haver tempo hábil para as manifestações. O Sr. Roberto (SRH/MMA) lembrou que o MMA e a ANA possuem assessoria parlamentar e que poderia ser solicitado sempre uma nota sobre os projetos de lei que envolvessem recursos hídricos, a qual seria disponibilizada via e-mail. O Sr. Taylor (Indústria) lembrou que a CNI possui uma agenda legislativa, por existirem projetos prioritários. Quanto à PEC/43 informou que a CNI possui posicionamento contrário, por considerar a proposta centralizadora. O Sr. Altamirano comentou que gostaria de apresentar na CTPOAR o Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, que foi lançado no dia 22/03; comentou também sobre o monitoramento dos poços em seu estado, e que haveria a

necessidade de maior troca de informações entre os estados, quanto ao tema gestão de águas subterrâneas, numa tentativa de unificar e integrar os trabalhos referentes a este assunto. *Item 3 - Apresentação sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a ser realizada pela equipe SRH.* A apresentação foi proferida pelo Sr. Marco Neves (SRH/MMA), com destaque para os seguintes comentários o plano é um dos instrumentos da gestão de recursos hídricos; ele fundamenta e orienta a implementação da política e do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos; estabelece diretrizes para se alcançar o cenário pactuado socialmente; compreende diagnóstico e prognóstico, sendo que neste último serão apresentadas medidas para os instrumentos outorga e cobrança. Comentou ainda sobre: as fases de elaboração do plano; o que seria planejamento; as etapas da metodologia de prospecção; o sistema nacional como ferramenta de suporte a elaboração do PNRH; o diamante prospectivo e todas as suas interligações. Apresentou algumas variáveis relevantes a serem analisadas nos encontros e ações do PNRH; estudos retrospectivos para o entendimento da dinâmica de desenvolvimento da bacia e a avaliação da conjuntura; a relação dos estudos retrospectivos; a forma de avaliação de conjuntura, e seus estudos abordando os temas ambiental, econômico, político, social e tecnológico; a consulta a atores sociais na forma de reuniões com as CEHs (Comissões Executivas), seminário regional prospectivo e encontros públicos estaduais; a identificação de condicionantes de futuro, a ser obtida nas reuniões com as CEHs e nos seminários regionais prospectivos; a análise estrutural a partir de: reuniões com as CEHs e seminários regionais prospectivos, com sistematização a ser realizada pelo GTCE; a estratégia dos atores sociais; a análise morfológica, a ser realizada pela câmara de negociação, visando estados futuros das condicionantes e a combinação dos estados futuros; a consolidação de todas as informações a partir da oficina nacional de consolidação de cenários (CT-PNRH, GTCE e CEHs); a trajetória mais provável para 2020; os cenários a serem trabalhados pela CT-PNRH e o CNRH; a quantificação a partir da avaliação da consistência dos cenários identificados e avaliação dos impactos sobre alvos específicos de interesse; as estratégias: diretrizes, metas e programas. Concluída a apresentação a Sra. Leila demonstrou seu encantamento com a metodologia que está sendo aplicada. O Sr. Marco complementou dizendo que a coordenação do plano está constituída por 15 técnicos com dedicação aproximada de 70% do tempo, sendo estes a equipe do GTCE por parte da SRH, que também conta com técnicos da ANA, considerando suas competências institucionais. Comentou que para o período 2004/2007 a ação seria a elaboração do PNRH, com uma dotação orçamentária de 1,5 milhões/ano, mas ainda estariam buscando novos recursos, como foi o ocorrido com a oficina da sociedade civil patrocinada pelo Programa Pantanal do MMA. Informou que no dia 31/03 foram apresentados estudos básicos finalizados pela ANA, que apresentam as características de disponibilidade e demanda de águas superficiais, disponibilidade e demanda de águas subterrâneas, panorama da qualidade de água, panorama do enquadramento de águas no Brasil e qualidade de água subterrânea. Disse que os termos de referência para a contratação dos outros estudos já estão concluídos e que a contratação dos 12 consultores regionais já estaria finalizada, e sendo iniciada a elaboração dos 12 cadernos regionais. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) questionou sobre a aferição da eficácia do Plano, e o que poderia prejudicar a sua abrangência temporal. O Sr. Marco respondeu dizendo que seria a cenarização, devido às mudanças a que estão sujeitos os cenários, em termos qualitativos, por serem fatos portadores de futuro, como a política; então, a forma de trabalhar essas prospectivas que alteram a dinâmica histórica e essas reflexões estariam registradas no processo do PNRH, já estando disponível em seu sítio eletrônico. O Sr. Cláudio (Comitê) comentou sobre os problemas de divulgação considerando a importância disto tanto na parte de participação dos comitês nos seminários, como após a conclusão do PNRH. O Sr. Marco lembrou que a CT-PNRH deliberou pela maior participação dos comitês que seria muito importante e fomentadora no âmbito das comissões executivas. O Sr. Helder (MME)

questionou sobre a abordagem referente a populações tradicionais no PNRH, o que foi respondido pelo Sr. Marco como não existindo essa abordagem, mas que poderia haver oficinas específicas, conforme a indicação. O Sr. Helder também questionou sobre as indicações para as áreas de restrição de uso. O Sr. Marco respondeu que essa seria uma questão a ser abordada ao final do processo, que podem ser extraídas das diretrizes da água, mas que acredita na necessidade de um estudo específico para o tema. O Sr. Helder ponderou sobre a legalização das atividades informais, para atraí-las para a formalidade. O Sr. Marco respondeu que esta seria uma das diretrizes, o que a caracteriza como uma preocupação. O Sr. Marco comentou que a Política Nacional de Recursos Hídricos seria muita jovem, bem com a sua própria implementação, e que o PNRH também terá um caráter de divulgação dessa política. Informou sobre a oficina de usuários que deverá ocorrer no final de maio. O Sr. Oswaldo (Sec. Transp.) comentou sobre os cadernos regionais que teriam foco no território, na dinâmica de desenvolvimento, na vocação, no planejamento, nos atores regionais e nos conflitos e alianças. O Sr. Marco disse que as oficinas temáticas devem ser nacionais e regionais, e deverão refletir o que os cadernos informam. Que os cadernos setoriais serão em número de cinco e deverão representar todo o Brasil, apresentando o planejamento setorial, a existência de políticas e a forma de desenvolvimento da matriz. Também informou que já foram realizadas duas oficinas temáticas, a do MMA e da sociedade civil. O Sr. Erivelto (SANEPAR) informou que em maio os cadernos regionais do Paraná e de São Paulo estarão concluídos. O Sr. Marco informou que as oficinas deverão ser finalizadas até meados de 2005. O Sr. Taylor apresentou seu temor quanto à metodologia apresentada, considerando o setor minerário, que ele representa, pois a locação de um empreendimento dependeria de diversos fatores que visam a condição financeira e isso independeria da região. A Sra. Leila questionou sobre a atualização da base de dados, a frequência e como esse retrato iria se refletir para os investimentos e políticas setoriais. O Sr. Marco lembrou que poderão estar nos planos estaduais ou de bacia os focos de expansão, o histórico e as atualidades. Disse que a periodicidade do plano seria de 4 anos e como as informações estariam todas em plataforma SIG, isto facilitaria a atualização que poderá ser quase automática no caso do SINGREH. O Sr. José Cupertino comentou que deveriam também estar presentes no plano as diretrizes para águas subterrâneas e as disponibilidades hídricas. O Sr. Marco ponderou sobre a relação do plano com a CTPOAR, para minimizar os problemas decorrentes da outorga, considerando a eficiência desse instrumento. A Sra. Andréa (MME) comentou sobre a necessidade de estarem incluídas no Plano as questões que relacionam o licenciamento ambiental com os recursos hídricos. O Sr. Marco lembrou que a melhor condição para o plano seria o ZEE estar pronto. Finalizando a Sra. Leila convidou o Sr. Marco para participar da próxima reunião da CTPOAR, para a qual solicitará aos órgãos estaduais que participam da câmara que apresentem as diretrizes de outorgas existentes nos seus planos, e agradeceu pela esclarecedora palestra. O Sr. Marco indicou a necessidade de conversa com a CTPNRH para a formação de uma comissão mista, com vistas a verificar as questões de outorga no Plano. *Item 5 - Informes sobre o encaminhamento da proposta de resolução que dispõe sobre a integração de procedimentos da outorga de uso de recursos hídricos com o licenciamento ambiental.* A Sra. Leila informou sobre a reunião ocorrida na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA, que encaminhou para uma reunião conjunta com a CTIL para tratar da proposta de resolução, e que questionaram sobre a possibilidade de uma proposta conjunta; para isso necessitariam da presença da CONJUR nessa citada reunião. Contudo, disse acreditar ser ponderável uma análise anterior pela CTIL, para posterior entendimento com a CTAJ, e para tanto informou sobre o encaminhamento da proposta de resolução para a CTIL, ação essa apoiada por todos. Mencionou que se faria presente na reunião da CTIL para a apresentação da matéria, e convidou a todos para participação, sendo a reunião no dia 13/04. O intervalo para o almoço ocorreu das 13h00 às 14h45, quando foi recomeçada a reunião já

no *item 6 - Análise da versão da proposta de resolução que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da Água na Mineração, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29 de 11 de dezembro de 2002 - (Versão 05)*. A discussão iniciou com a solicitação das respostas às tarefas estabelecidas para os membros da CTPOAR na última reunião, sendo que em sua maioria não foram atendidas. A apreciação da matéria iniciou com as contribuições apresentadas pelo Sr. Dário (DNPM) ao inciso IV do art. 5º, sendo o foco dessa atividade mineraria a dragagem que, em determinados casos, favorece o rio. Como a atividade recai, em sua maioria, para pequenos empreendedores, questionaram o quantitativo e o qualitativo dos estudos, para que os mesmos não venham a ser prejudicados. O Sr. Taylor questionou sobre o uso da palavra porte considerando sua tipologia. A Sra. Leila disse que tal discussão já havia sido considerada como vencida. Quanto ao inciso V do art. 5º foram apresentadas contribuições, mas que necessitariam de maior detalhamento. Consensaram que diante da importância de uma simplificação ou complementação dos Planos de Utilização da Água na Mineração - PUA, que o parágrafo único do art. 6º fosse apresentado como novo artigo. O Sr. Augusto ponderou sobre a necessidade da integração entre os estudos que estão sendo solicitados para o PUA com os já apresentados para o licenciamento, dada as interfaces existentes. Como sugestões para os incisos do artigo 6º foram apresentadas as sugestões do Sr. Marcelo (IGAM), além dos adotados pelo estado de São Paulo, que também apresentou sugestões para o inciso IV do art. 5º. Lembraram da intenção balizadora que a proposta de resolução apresenta, tendo que ser objetiva. Acordaram o envio de sugestões para toda a resolução, principalmente para o art. 6º, além da análise das propostas encaminhadas pelo IGAM. O Sr. Taylor ainda apresentou suas preocupações quanto à divisão de portes, em I e II, considerando o acúmulo de estudos para os pequenos empreendimentos. A reunião foi encerrada às 17:00 com a ratificação da data da reunião da CTIL para o dia 13/04 e para a próxima reunião da CTPOAR dias 26 e 27/04, e que no dia 26 ocorreriam duas reuniões, a do GT PL1616 e de um grupo para catalisar o entendimento da proposta de resolução que trata do PUA, com a presença dos Srs. Taylor, Marcelo, Dário e Altamirano, ficando as apresentações dos estados, quanto as diretrizes de outorga, para o dia 27. Ao final, agradeceu a presença e participação de todos.

Ata aprovada na 42ª reunião, realizada em 31 de maio e 1º de junho de 2005.

LEILA DE CARVALHO GOMES  
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA  
Relatora da CTPOAR